

A estrutura de uma economia de US\$ 3 trilhões — a economia do Japão em 1985

Hisao Kanamori

1. Vista panorâmica de uma economia de US\$ 3 trilhões; 2. Trabalho e capital; 3. Acumulação de capital da ordem de 2 mil trilhões de ienes; 4. A estrutura das despesas em que as finanças públicas ocupam posição de destaque; 5. Alterações na estrutura da produção; 6. Alterações na distribuição da renda; 7. A economia japonesa no contexto mundial.

1. Vista panorâmica de uma economia de US\$ 3 trilhões

De 1955 a 1973 a economia do Japão cresceu 13 vezes em termos nominais e 5,7 em termos reais para atingir 113 trilhões de ienes, aproximadamente US\$ 400 bilhões (à taxa de um dólar por 280 ienes). Que valor alcançará em 1985?

Em que pese à opinião de muitos economistas que se mantêm cautelosos a respeito das perspectivas do Japão, existem diversos fatores que podem contribuir para que a economia japonesa obtenha crescimento bem maior do que o que se entevê para os Estados Unidos da América do Norte e países europeus.

Entre eles alinham-se a alta qualidade da mão-de-obra, as atitudes positivas dos empresários e a grande capacidade de acumular capital. Advirta-se, porém, que a comparação do que ocorre hoje em dia, com o que se passou faz 10 ou 15 anos, revela que existem fatores que atuarão no sentido de tornar o crescimento mais lento que o verificado até aqui. Terra e recursos por explorar menos abundantes, maior premência de

desviar recursos para combater a poluição e aprimorar a previdência social e desejo da mão-de-obra por maior lazer, etc. Considerados todos esses fatores, talvez seja razoável prever que o Japão crescerá a uma taxa mais alta que a dos 5% obtida, no passado, pelas economias ocidentais, mas não tão alta como a atingida por ele nos últimos anos, ou seja, 10%. O crescimento deverá ser de 7 a 9%. Em termos nominais, a taxa de crescimento talvez seja superior à do passado, visto como os preços deverão subir daqui por diante.

Essa projeção estima vários valores, no pressuposto de que a economia japonesa crescerá à taxa média anual de 18,5% em termos nominais e de 9,2% em reais, entre 1970 e 1985 para alcançar, no fim do período, um produto nacional bruto de 900 trilhões de ienes ou US\$ 3 trilhões à taxa cambial de um dólar por 300 ienes. Esse PNB é 13 vezes superior, em termos nominais, e 3,7 em valor real que o de 1970. Em relação a 1973, as cifras passam, respectivamente, para oito e três vezes.

Tabela 1
Produto nacional bruto

Ano	Observado				Esti- mado 1973	Projeções			Crescimento anual %	
	1955	1960	1965	1970		1975	1980	1985	1955 a 1970	1970 1975
Despesa nacional bruta (nominal)	8,6	15,5	32,0	71,0	112,8	178,6	409,1	914,0	15,1	18,6
Crescimento %		12,5	15,5	17,3	—	20,2	18,0	17,4		
DNB real	12,9	19,7	31,7	56,4	73,2	87,1	137,2	211,2	10,3	9,2
Crescimento %		8,9	10,0	12,2	—	8,1	9,5	9,0		

Unidade: trilhões de ienes e %.

Salientem-se dois pontos relativos à natureza dessa projeção. Não é uma simples extrapolação nem uma visão otimista. Está entre ambas. Como o futuro depende, em grande parte, das políticas a adotar daqui em diante, não seria lícito elaborar previsões, extrapolando as tendências presentes, sem considerar as políticas que serão eventualmente seguidas. Uma visão do futuro provável, que não levasse em conta as condições atuais, não passaria de imaginação. Essa projeção leva em conta as políticas que serão provavelmente traçadas por um governo racional. À medida que a eco-

nomia cresce, muitos de seus aspectos, como a estrutura da produção e despesa, distribuição de renda e relações econômicas internacionais sofrem profundas modificações. A menos que se tomem providências adequadas para acudir às necessidades oriundas dessas mudanças, surgirão problemas que tornarão impossível o crescimento econômico. Essa projeção visa, entre outros propósitos, esclarecer quantitativamente os vários problemas com que o Japão deparar-se-á à medida que crescer, apontando, outrossim, as medidas necessárias a enfrentá-los.

Tabela 2

Crescimento potencial

	Taxa de crescimento	PNB em 1985
Nominal	18,6	911
	15,1	585
	14,0	507
Real	10,3	245
	9,2	211
	7,0	156

Unidade: trilhões de ienes e %.

O leitor haverá de advertir que os valores apresentados não devem ser interpretados estritamente. Como o futuro é muito incerto, não há sentido em discutir em detalhes diferenças de 1 ou 2% nas taxas de crescimento.

Se a taxa de crescimento real e nominal fossem, digamos, de 7 e 14%, respectivamente, em vez de 9,2 e 18,6 consoante a projeção, ainda assim a escala da economia sobrepunaria o nível indicado aqui. Em outras palavras, se a taxa de crescimento da economia japonesa situar-se entre 7 e 9%, a escala da economia, tal como descrita nessa projeção, será alcançada entre 1985-90. O que se deseja, pois, não é que as cifras alinhadas aqui sejam tidas por antevisão das taxas de crescimento, senão apenas por um retrato de uma economia japonesa de US\$ 3 trilhões, objetivo exequível dentro de 4 mil ou 6 mil dias, se o governo comportar-se racionalmente.

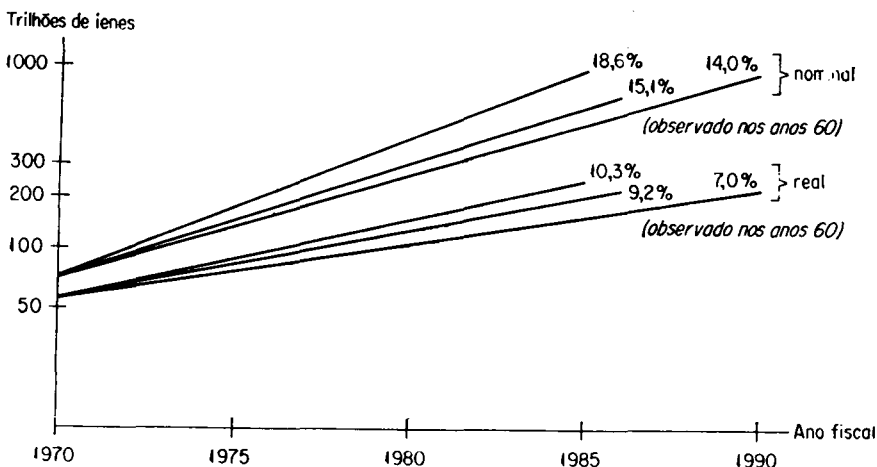


Gráfico 1

2. Trabalho e capital

Apresenta-se a seguir uma análise, aproximada, da força de trabalho e capital, fontes do crescimento econômico.

2.1 Força de trabalho de 58 milhões de pessoas

A primeira causa do rápido desenvolvimento do Japão foi uma força de trabalho superior em número e qualidade. A população e força de trabalho japonesas, que eram, em 1972, respectivamente, de 107 e 52 milhões

LIVRARIAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Guanabara

Praia de Botafogo, 188 — C.P. 21 120 — ZC-05 — Tel.: 266-1512 — R. 110
Av. Graça Aranha, 26 — lojas H e C — Tel.: 222-4142

São Paulo

Av. Nove de julho, 2029 — Tel.: 288-0011 — C.P. 5 534

Brasília

S.Q. 104 — Bloco A — Loja 11 — Tel.: 42-1689

As edições da Fundação Getúlio Vargas são ainda encontradas nas principais livrarias do País. Os pedidos de Reembolso Postal devem ser dirigidos à Editora da Fundação Getúlio Vargas, Praia de Botafogo, 188 — C.P. 21 120 — ZC-05 — Rio de Janeiro — GB.

de indivíduos, montarão até 1985 a 123 e 58 milhões. O aumento demográfico será, pois, de 16 milhões e o da força de trabalho de seis milhões de pessoas. O total corresponde, aproximadamente, à população atual das quatro maiores cidades do país: Tóquio, Osaca, Iokohama e Nagóia. Antevê-se, no entanto, que surgirão diversos fatores menos favoráveis ao crescimento econômico.

2.1.1 Envelhecimento da estrutura da população

Entre 1970 e 1985, a população crescerá a uma taxa média anual de cerca de 1%. Essa não é muito diferente da verificada no período 1955-70. Todavia, a percentagem de pessoas idosas crescerá. Atribui-se o fenômeno à queda das taxas de mortalidade e natalidade. O resultado é que a proporção de maiores de 65 anos passará de 7,3 em 1972 para 9% em 1985. A percentagem de pessoas em idade produtiva, quer dizer, na faixa de 15 até 65 anos, cairá de 69 para 67% no mesmo período. Em 1985 haverá 30 milhões de crianças com menos de 14 anos e 11 milhões de maiores de 65 anos. A faixa produtiva contará com 82 milhões de indivíduos. Em outras palavras, cada indivíduo, na faixa produtiva, terá que sustentar 0,5 pessoas em idade não-produtiva.

Tabela 3
População e força de trabalho

Anos	Observado					Projeções		
	1955	1960	1965	1970	1972	1975	1980	1985
População total (milhões)	89,2	93,4 (0,9)	98,3 (1,0)	107,3 (1,1)	107,3	111,1 (1,1) (1,2)*	117,4 (1,1)	122,7 (0,9)
% dos indivíduos em idade produtiva	61,3	64,2	68,1	69,0	68,5	67,8	66,6	66,5
% dos maiores de 65 anos	5,3	5,7	6,3	7,1	7,3	7,8	8,5	9,0
Força de trabalho (milhões)	41,9	45,1	47,9	51,5		53,3	55,3	57,9
% da força de trabalho	70,8	69,2	65,7	65,4	64,4	63,5	62,7	62,5
% da mão-de-obra feminina	56,7	54,5	50,6	49,9	47,8	46,0	44,7	45,2
Horas úteis (horas/semana)	44,9	46,8	44,5	43,3		40,7	35,4	35,1
Homens-hora	84,5	94,5	95,5	100,0	99,0	97,3	87,8	91,0

Notas: Os algarismos entre parênteses abaixo da população total mostram o crescimento percentual médio dos cinco anos anteriores.

* Exclusive Okinawa.

2.1.2 Percentagem declinante da força de trabalho

Não é apenas a população em idade produtiva que declinará. A população economicamente ativa, ou seja, a percentagem de indivíduos maiores de 15 anos que compõem a força de trabalho cairá de 64% de 1972 para 62,5 em 1980. O motivo é que o número de matrículas nas escolas superiores subirá e o número de mulheres que trabalham cairá em virtude do progresso da urbanização. Conseqüentemente, a força de trabalho, que no período de 1955-70 subiu a uma taxa de 1,4% ao ano, passará a crescer a uma taxa mais baixa de 0,8 entre 1970 e 1985.

2.1.3 Redução das horas de trabalho

As horas úteis cairão de 43 semanas em 1972 para 35 em 1985. A razão é a possibilidade de que por volta de 1985 a semana de cinco dias passe a vigorar em todas as empresas que empregam mais de 30 pessoas e que o gozo de férias de três semanas de trabalho (15 dias) seja estendido a todos os empregados. O total dos dias úteis, por no, cairá de 275 em 1970 para 228 em 1980. Conseqüentemente, não obstante o aumento de 6 400 mil trabalhadores no período de 1970 a 1985, os homens/hora, produto do número de trabalhadores por horas úteis, cairá daqui por diante. O resultado será que o crescimento futuro da economia haverá de ser alcançado com menor insumo de trabalho. Essas alterações não apenas acentuarão a escassez geral da mão-de-obra, como poderão causar pontos de estrangulamentos devidos à falta de braços em setores onde o trabalho for monótono ou sujeito a riscos. É também provável que provoque inflação de custos procedente de maiores pressões por aumentos salariais.

Por outro lado, há fatores que talvez mitiguem essas influências negativas. Sem embargo da tendência para o envelhecimento da população, os 9% dos velhos ainda é menor que os 12 e 13% da Europa de 1970. Acresce que o número de indivíduos maiores de 65 anos, mas ainda capacitados para o trabalho, crescerá, sendo, pois, incorreto alinhá-los entre a população inativa. A participação da mulher na força de trabalho também aumentará. A redução das horas de trabalho terá um aspecto positivo. Aumentará a eficiência. A maior proporção de pessoas de nível universitário na força de trabalho é também um dado positivo, visto que contribuirá para elevar a qualidade da mão-de-obra.

3. Acumulação de capital da ordem de 2 mil trilhões de ienes

A acumulação de capital no Japão crescerá, nos próximos anos, a taxas bem elevadas. Nesse país, onde é comum haver altas taxas de poupança pessoal, empresarial e governamental, o capital acumula-se a taxas elevadas. Foram elas que possibilitaram as taxas de crescimento verificadas que, por seu turno, tornaram possível a formação de um estoque de capital de proporções gigantescas.

Examinando-se o estado atual da acumulação de capital, verifica-se que as empresas retiveram 53% dos lucros, as unidades familiares pouparam 21% da renda disponível e o governo guardou-se de gastar 36% da receita corrente. O resultado foi uma poupança de 41% do PNB. Quer dizer, as despesas de consumo orçaram em apenas 60% do produto, acumulando-se os 40 restantes, ano após ano. De 1956 a 1970 o PNB totalizou 465 trilhões de ienes, 37% dos quais foram poupados. O resultado foi uma acumulação de capital da ordem de 170 trilhões de ienes. A questão de se a taxa de acumulação de capital crescerá ou declinará daqui por diante é controversa. Nos últimos 15 anos, cresceu de 26% em 1955 para 41% em 1970. Daqui em diante a tendência é a de que a taxa de poupança pessoal permaneça quase constante, e que as taxas de lucro retido e poupança governamental caiam. Em conjunto, parece que nos próximos 15 anos a taxa de poupança seja um tanto mais alta que a média dos últimos 15 anos. Supõe-se que nos próximos 15 anos, que vão de 1971 a 1985, o PNB atinja 5 500 trilhões de ienes dos quais 38% corresponderão à acumulação de capital. Esse capital será, pois, de 2 110 trilhões de ienes ou cerca de 12 vezes o acumulado no período de 1956-70. Em valor *per capita* passará de 1,8 milhão acumulado no período dos últimos 15 anos para 19 milhões. Embora um tanto inflacionada, em virtude da alta de preço, essa economia caracterizada por alta taxa de crescimento e acumulação de capital está plenamente capacitada para acumular mais capital.

O valor desse estoque de capital é de 2 mil milhões de ienes. A despesa *per capita* em construção de estradas, portos e instalações portuárias, sistema de água e esgoto, aeroportos, hospitais, fábricas, escolas, escritórios, habitações, etc. será nos próximos 15 anos, de 19 milhões de ienes.

Essa combinação de capital e trabalho garante o progresso tecnológico, o aumento da produtividade e o desenvolvimento da economia nacional. Para tal, a estrutura da economia e as relações econômicas do Japão com o exterior devem sofrer grandes alterações. Se o Japão pren-

der-se ao padrão de crescimento do passado, logo surgirão estrangulamentos devidos ao agravamento da poluição, escassez de recursos, inflação, desigualdade na distribuição da renda e atritos com os países estrangeiros.

Tabela 4
Acumulação de capital
(em trilhões de ienes)

Ano fiscal	1956-70	1971-85
a) Produto nacional bruto	465,7	5 525,4
b) Poupança bruta	170,3	2 109,8
Empresarial	62,8	745,0
Pessoal	70,4	851,6
Governamental	337,3	513,2
Discrepância estatística	1,6	22,2
Taxa de poupança b/a	36,6%	38,2%
Investimento bruto	171,9	2 132,0
Empresarial	90,8	938,4
Pessoal	38,3	603,7
Governamental	40,8	564,1
Empréstimos líqs. do exterior	Δ1,9	25,7
Poupança <i>per capita</i>	1,765*	18,637*

Unidade: trilhões de ienes.

* em milhares de ienes.

Tabela 5
Capital e trabalho como fatores de produção

	1955-70	1970-85
Taxa de crescimento da economia	10,3	9,2
Taxa de crescimento da força de trabalho	1,4	0,8
Aumento da relação capital/trabalho	10,1	11,0
Aumento do coeficiente do capital	1,2	1,8
Aumento da taxa da produtividade do trabalho	9,7	8,2

Notas: Produtividade do trabalho: valor da produção/número de empregados.

Relação capital/trabalho: estoque de capital das empresas privadas/número de empregados.

Coefficiente do capital: estoque de capital das empresas privadas/valor da produção.

O valor da produção foi calculado em base I-0.

4. A estrutura das despesas em que as finanças públicas ocupam posição de destaque

Um sistema econômico de US\$ 3 trilhões requererá uma mudança para um tipo de economia em que as finanças públicas se destacarão entre as outras despesas nacionais.

Em 1973, o setor público era responsável por 8,6% das despesas de consumo e 9,9 das de investimento. É inevitável que os percentuais, que têm revelado tendência crescente para aumentar, cresçam ainda mais daqui por diante, como resultado da expansão de programas de bem-estar e o aumento de capital fixo destinado a fins sociais. Essas despesas representarão, cada uma delas, 10% do PNB em 1985. As despesas governamentais, em percentagens do PNB, serão 34% em 1985, o que representa um aumento substancial em confronto com os 22 de 1970. O motivo do aumento procede de que é mister que haja sensível melhoria no nível da previdência social e nas despesas relativas ao capital fixo destinado a fins sociais. Nos países desenvolvidos, as despesas governamentais em percentagens do PNB também são altas, orçando em 35% e alcançando até 43% em países como, entre outros, a Suécia.

Tabela 6

Despesa nacional bruta

	1955 Observados		1970 Observados		1973 Estimativa		1985 Projeção		Crescimento médio anual	
	Bilhões de ienes	%	Bilhões de ienes	%	Bilhões de ienes	%	Bilhões de ienes	%	1955 1970	1970 1985
Despesa de consumo do setor privado	5 529	64,1	36 330	51,2	57 360	50,8	471 500	51,6	13,4	18,6
Despesa do consumo do governo	894	10,4	5 827	8,2	9 750	8,6	91 000	10,0	13,3	20,1
Investimento em equipamentos (privado)	891	10,3	14 330	20,2	21 380	18,9	133 500	14,6	20,4	26,0
Investimentos em habitações (privado)	256	3,0	4 715	6,6	8 940	7,9	100 000	10,0	21,4	22,6
Formação de capital fixo (governo)	561	6,5	5 798	8,2	11 190	9,9	96 000	10,5	16,8	20,6
Variação de estoque	421	4,9	3 213	4,5	3 990	3,5	15 000	1,6	14,5	10,8
Exportações, etc.	979	11,4	8 273	11,7	12 010	10,6	74 600	8,2	15,3	15,8
Importações, etc.	904	10,5	7 489	10,5	11 760	10,4	67 600	7,4	15,1	15,8
Despesa nacional bruta	8 624	100,0	70 997	100,0	112 860	100,0	914 000	100,0	15,1	18,6

Unidades: bilhões de ienes e %.

Fonte: Relatório Anual sobre as Estatísticas da Renda Nacional — Agência do Planejamento Econômico.

Tabela 7

Estoque de capital fixo para fins sociais
(em preços de 1965)

Ano fiscal	1955		1970		1985		Crescimento anual (%)	
	Bilhões de ienes	%	Bilhões de ienes	%	Bilhões de ienes	%	1955 1970	1970 1985
1. Rodovias	1 339	11,6	6 916	16,4	19 601	9,3	11,2	7,2
2. Portos e instalações portuárias	484	4,2	1 378	3,3	6 671	3,2	7,2	11,1
3. Ferrovias	2 680	23,3	5 727	13,6	25 715	12,2	5,2	10,5
4. Centrais elétricas	611	5,3	4 218	10,0	27 033	12,8	13,7	13,2
1 — 4 Subtotal	5 115	44,5	18 239	43,4	79 020	37,5	8,8	10,3
5. Agricultura, florestamento e pesca	1 302	11,3	3 057	8,9	14 450	8,1	8,9	10,6
6. Preservação da natureza	1 037	9,0	3 741	7,3	17 050	6,9	5,9	10,9
7. Habitação			1 790	4,3	21 966	10,4		18,2
8. Sanitarismo			1 363	3,2	9 083	4,3		13,5
9. Bem-estar social			760	1,8	6 217	3,0		15,0
10. Escolas			2 672	6,4	17 084	8,1		13,2
11. Outros			10 426	24,8	45 793	21,7		10,4
7 — 11 Subtotal	4 049	35,2	17 010	40,5	100 143	47,5	10,0	12,5
Total geral	11 502	100,0	42 047	100,0	210 663	100,0	9,0	11,3
Estoque <i>per capita</i>	12,9		40,5		171,7			

Notas: Em bilhões de ienes e %.

A subdivisão para itens de 7 a 11 para 1970 é estimativa do Centro de Pesquisa Econômica do Japão. Em 10 milhares de ienes.

A acumulação de capital que, espera-se, ocorrerá nos próximos 15 anos no Japão, e que, segundo as tabelas mencionadas é bastante substancial, capacitará o país a dar corpo a investimentos em grande escala em capital fixo destinado a fins sociais. No passado, a maior parte do capital acumulado estava no setor privado. Essa percentagem reduzir-se-á. Doravante, a importância relativa tanto dos investimentos públicos como dos em habitação crescerá.

Dentre o capital fixo destinado a fins sociais, a prioridade é a dos investimentos em habitação, sistema de água e esgoto, coleta e aproveita-

mento do lixo, parques, hospitais, asilos para a velhice, escolas maternais, recreação, escolas e investimentos similares. Por outro lado, assistir-se-á a uma queda dos investimentos em rodovias, recuperando as ferrovias a importância tradicional. A participação do valor das obras correlacionadas com o bem-estar, no total do capital fixo destinado a fins sociais, crescerá de cerca de 40% em 1970 para 48% em 1985 a preços de 1965. O valor do estoque de capital fixo destinado a fins sociais crescerá até 1 720 mil ienes a preços de 1965, ou seja, será quatro vezes (quase) superior ao de 1970 e duas vezes ao dos Estados Unidos da América do Norte em 1968.

Tabela 8

Comparação internacional dos benefícios concedidos pela previdência social

	Ano	Benefícios <i>per capita</i>	Relação benefícios/ Renda nacional
Japão	1966	52	6,6
	1985	3 117	15,5
França	1966	321	19,7
Alemanha Ocidental	1966	333	21,8
Suécia	1966	434	17,3
Reino Unido	1966	229	15,0

Nota: Os algarismos para o Japão (1985) foram convertidos à taxa de 1 dólar = 300 ienes.

Japão e Reino Unido: ano fiscal; outros países: ano civil.

Esse, o retrato da sociedade que vigorará no Japão, quando os investimentos governamentais crescerem de cerca de 20% ao ano, graças aos frutos colhidos do grande aumento do estoque de capital fixo destinado a fins sociais. Um ponto que poderia ser levantado é o de onde viriam os fundos necessários. Não se pode reforçar a previdência social nem aumentar o estoque de capital destinado a fins sociais sem agravar a carga tributária. Se a economia nacional for do tipo de excesso de oferta, os fundos seriam levantados através de emissão de Obrigações do Tesouro. Como o sistema econômico do Japão será, no futuro, do tipo de excesso de demanda, o aconselhável será obtê-los mediante o aumento da tributação. Isso torna inevitável uma sociedade com pesados encargos sociais.

Tabela 9

Comparação internacional da estrutura das finanças públicas

	EUA	Grã-Bretanha	França	Suécia	Alemanha Ocidental	Japão	
	1970	1970	1970	1970	1970	1970	1985
Relação despesas governamentais/PNB	33,0	37,7	35,8	42,9	35,8	22,2	33,8
Total das despesas governamentais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,4
Despesa corrente	91,6	86,9	91,0	86,0	88,0	62,0	68,6)
Despesa de consumo (defesa)	60,5 (24,8)	47,5 (12,9)	33,8 (7,8)	49,5 (7,9)	44,2 (8,1)	37,0 (3,4)	29,0 (2,4)
Transferências	22,8	21,5	40,7	25,0	34,3	19,5	34,0
Despesa de capital	8,4	13,1	9,0	14,0	12,0	38,0	31,4
Receitas correntes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos diretos e taxas	45,1	39,6	18,8	45,9	29,3	46,4	46,3
Impostos indiretos	32,6	40,6	39,2	26,2	35,5	34,5	29,3
Contribuições p/prev. social	20,0	13,2	39,0	16,6	30,5	17,2	23,3
Carga fiscal	28,1	41,6	28,1	41,9	31,5	21,7	30,7
Taxas das contr. p/prev. social	7,2	6,8	18,8	9,6	14,8	4,6	9,5
Relação impostos diretos e indiretos	0,72	1,03	2,09	0,57	1,32	0,74	0,63

Notas: Impostos diretos e taxas incluem transferências do governo ao setor privado.

Relação imposto direto/indireto é impostos indiretos ÷ imposto direto.

A taxa da carga fiscal, ou seja, a relação entre a arrecadação e a renda nacional, que era de 22% em 1970, terá que subir para 31% em 1985. Do contrário, não será possível cobrir as despesas com o aumento do estoque de capital destinado a fins sociais e com o programa de expansão da previdência social. A carga total, que abrange tanto os impostos como as contribuições para a previdência social, elevar-se-á de 26 para 40%. Não é fácil aumentar a carga tributária em tal demasia. Advirta-se, no entanto, que, no exterior, essa carga é de 52% na Suécia, 48% no Reino Unido e 46% na Alemanha Ocidental (calculadas em 1970). Em ordem a acudir aos encargos financeiros, o ônus fiscal e as contribuições para a previdência social deverão subir de 40%. Se a bolsa do contribuinte não suportar o aumento, os programas de bem-estar deverão ser diferidos para futuro mais remoto.

A medida que as finanças públicas aumentam sua participação nas despesas nacionais, surgem fenômenos menos desejáveis, como a ineficiência, a concentração excessiva de poder, maior carga tributária, etc. Todavia, quando se analisa a economia japonesa à luz da direção que o progresso tomará doravante, parece impossível ao país ter governo barato. Ao que parece, não há alternativa, senão adotar-se uma trajetória de desenvolvimento que tenda para um sistema econômico em que as fi-

nanças públicas ocupem posição de destaque, evitando-se certos aspectos negativos, corrigindo-se o sistema das empresas estatais, aperfeiçoando-se a estrutura tributária mediante a introdução de impostos sobre o valor adicionado ou eliminando-se injustiças fiscais, etc.

4.1 As despesas de consumo pessoal

Tabela 10
Taxas de crescimento da renda, salários e preços

	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1980-85
Renda nacional	12,7	14,5	17,8	19,1	18,4	17,5
Remuneração do trabalho	12,9	17,3	17,1	20,7	18,5	17,9
Remuneração do trabalho <i>per capita</i>	6,4	12,6	13,1	18,0	16,6	15,8
Preços ao consumidor	1,5	6,2	5,5	10,3	8,7	8,5
Preços de atacado	0,5	0,4	1,7	8,7	4,8	4,5

As despesas de consumo pessoal também sofrerão grandes aumentos. O fator mais importante para a determinação da dimensão das despesas de consumo são os salários. O salário anual *per capita* aumentou de 10% no período de 1955 a 1970. Esse aumento pode ser subdividido em períodos da seguinte maneira: de 1955 a 1960 a elevação foi de 6,4%; de 1960 a 1965, 12,6%; de 1965 a 1970, 13,1%. O aumento acelerou-se nos últimos anos, tendo sido de 13,8 no ano fiscal de 1971; 15,2 em 1972 e 21,2 em 1973. As condições da oferta e procura no mercado de trabalho, assim como os preços crescentes dos bens de consumo exercerão pressões no sentido de uma alta permanente dos salários. A presente projeção antevê aumentos salariais de 16,8% ao ano na próxima década e meia. Isto quer dizer que os vencimentos médios mensais do trabalhador japonês decuplicará. De 82 mil ienes em 1970 passarão a 840 mil em 1985, o que corresponde a uma renda anual de mais de 10 milhões. Se, no mesmo período, os preços subirem de 3,7%, o aumento do salário real não ultrapassará 2,7%. Como quer que seja, uma elevação dessa ordem do nível de renda acarretará alterações profundas no comportamento do consumidor. Entre as possíveis alterações provocadas por esse aumento do nível de renda, podem-se citar três:

a) Os indivíduos preferirão maior lazer que aumento de renda obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho. Enquanto os salários eram

baixos, a mão-de-obra estava disposta a trabalhar horas extras para obter mais dinheiro. Hoje em dia, é cada vez mais difícil empregar mão-de-obra em estabelecimentos que exigem horas extras de trabalho. Ao mesmo tempo que as horas de trabalho tendem a reduzir-se, como já foi descrito, há uma tendência estrutural no sentido de utilizar-se cada vez mais o tempo em lazer, como reuniões sociais, *hobbies* e diversões à medida que as horas de trabalho compulsório caem. O tempo *per capita* despendido pela população japonesa masculina, maior de 20 anos, em 1985, em lazer, será de 2 640 horas, o que ultrapassará as 2 570 dedicadas a atividades compulsórias.

Tabela 11

Tendência estrutural da utilização do tempo

	Observadas				Projeção	
	1960		1970		1985	
	por população	por homem	por população	por homem	por população	por homem
Horas despendidas em atos necessários a manutenção de vida	3 527 9 (38,6)	3 601 9 (40,0)	3 865 4 (40,9)	3 895 0 (41,9)	4 241 4 (44,0)	4 218 8 (44,7)
Horas despendidas em atividades compulsórias	3 570 8 (39,1)	3 345 4 (37,1)	3 246 4 (34,3)	3 056 7 (32,8)	2 754 7 (28,6)	2 572 0 (27,3)
Horas de lazer	2 033 9 (22,3)	2 067 5 (22,9)	2 346 9 (24,8)	2 355 3 (25,3)	2 635 2 (27,4)	2 639 3 (28,0)
Total	9 132 6 (100,0)	9 014 8 (100,0)	9 458 7 (100,0)	9 307 0 (100,0)	9 631 3 (100,0)	9 430 1 (100,0)

Nota: Unidade: homens/hora/ano.

Ano fiscal para o Japão.

Os algarismos entre parênteses referem-se a participação percentual no total.

População; homem maior de 20 anos.

Fonte: Pesquisa das horas despendidas pela população japonesa — Japan Broadcasting Corporation.

b) A poupança crescerá. O aumento da taxa de poupança das unidades familiares japonesas tem sido impressionante. De 9,2% em 1955, passou a 20,3% em 1970 e 21,6% em 1972. Em nenhum outro país poupa-se mais de 20% da renda disponível. Todavia releva advertir que existem fatores que atuam no sentido de reduzi-la, como a melhoria do sistema de previdência social, a elevação do nível de preços ao consumidor, maior oferta de ativos financeiros e carga fiscal mais onerosa. No entanto, à medida que a renda aumenta, a capacidade de poupar das unidades familiares

também cresce. O desejo de melhorar as condições da moradia também estimula a poupança. Os dois fatores podem atuar conjuntamente para elevar um tanto mais a taxa de poupança. A presente projeção estima a taxa de poupança em 1985 em 22,5%.

Tabela 12

Taxas de poupança das unidades familiares

Ano civil	1955	1960	1965	1970	1972	1975	1980	1985
Renda disponível (a)	25 896	37 708	59 557	104 634	126 697	215 000	454 000	929 000
Poupança (b)	2 383	5 615	10 222	21 053	27 351	43 400	100 000	209 000
Taxa de poupança b/a	9,2	14,9	17,2	20,3	21,6	20,2	22,0	22,5

Unidade: iene; mensal; %.

Notas: Unidades familiares de trabalhadores que inclui todas as famílias de trabalhadores em 1950 e 1960.

Fonte: Relatório anual sobre a renda familiar e pesquisa das despesas, Gabinete do Primeiro-Ministro.

c) A estrutura do consumo modificar-se-á. A percentagem das despesas com alimentação, ou o coeficiente de Engels, que declinou de 36% em 1965 para 32 em 1972, continuará a cair até 21% em 1985. As despesas correlacionadas com o lazer, tais como *hobbies*, viagens, esportes, etc., aumentarão de 26% para 35 e 48% nos mesmos períodos. As despesas mensais médias com atividades recreativas duplicarão. De 34 mil ienes em 1972 subirão até 350 mil em 1985.

Tabela 13

Orçamento familiar e estruturação do consumo

Ano civil	1965	1970	1972	1975	1980	1985	Crescimento médio anual			
							1965	1970	1975	1980
Renda real (a)	65,1	112,9	138,6	239,5	538,0	1 179,0	11,6	16,2	17,6	16,9
Despesa de consumo (b)	49,3	82,6	99,3	171,6	354,0	720,0	10,9	15,8	15,6	15,3
Alimentação	17,9 (36,2)	26,6 (32,2)	30,8 (31,1)	48,1 (28,1)	86,4 (24,4)	154,0 (21,4)	8,3	12,6	12,4	12,3
Habitação	4,9 (9,8)	9,3 (11,2)	11,2 (11,3)	20,9 (12,2)	47,5 (13,4)	104,6 (14,5)	13,8	17,6	17,8	17,1
Luz e combustível	2,2 (4,4)	3,0 (3,9)	3,5 (3,5)	5,3 (3,1)	9,6 (2,7)	17,1 (2,4)	7,0	11,8	12,5	12,3
Vestuário	5,7 (11,6)	8,8 (10,7)	10,6 (10,7)	16,8 (9,8)	31,0 (8,8)	57,4 (8,0)	9,1	13,8	13,4	13,3
Miscelânea	18,8 (38,0)	34,9 (42,2)	43,2 (43,5)	80,6 (46,9)	179,5 (50,7)	387,0 (53,7)	13,2	18,2	17,4	16,6
Despesas de lazer (c)	13,3 (26,9)	27,3 (33,1)	34,3 (34,5)	66,4 (38,7)	154,7 (43,7)	345,7 (48,0)	15,5	19,4	18,4	17,4

Unidade: 1 000 ienes; mensais; %.

Fonte: Relatório anual sobre a renda familiar e pesquisa das despesas — Gabinete do Primeiro-Ministro.

4.2 Investimentos habitacionais

Os investimentos em habitação continuarão a crescer à taxa de 23% ao ano, o maior de todos os itens da demanda. A taxa será mantida graças à procura de moradias melhores e mais amplas, despesas com reformas de casas antigas e custos de construção mais altos.

4.3 Investimento com formação de capital fixo

A formação de capital fixo do setor privado cresceu a uma taxa de 20% no período de 1955 a 1970. Sua participação no PNB dobrou. De 10 subiu até 20%. De todas as previsões, a mais difícil é a da tendência do investimento em capital fixo. Sem embargo, parece seguro antever que a tendência para a elevação atenuar-se-á à medida que o ritmo do crescimento da economia, como um todo, passe do estágio de aceleração para o de desaceleração. Por outro lado, advirta-se que se necessita de alterações na estrutura industrial, diversificações regionais das indústrias, investimentos antipoluição e poupadores de mão-de-obra. Existem, portanto, fatores que inibirão queda abrupta da taxa do aumento dos investimentos. Espera-se que a taxa de crescimento dos investimentos seja de cerca de 16% ao ano.

5. Alterações na estrutura da produção

Tabela 14

Elasticidade do consumo de recursos relativamente ao PIB

	1955-70	1970-85
Materiais metálicos (valor das importações)	1,96	0,89
Produção de metais primários	1,59	0,92
Consumo de energia	1,17	1,00
Água p/fins industriais	1,40	0,78
Recursos naturais	0,52	0,51

Nota: 1965-70 para água e recursos naturais.

A estrutura da produção deve passar por grandes alterações, a fim de possibilitar um sistema econômico de US\$ 3 trilhões. Dois fatores determinam a estrutura da produção. O primeiro é a demanda, tanto interna como externa. À medida que a economia se expande, a demanda altera-

se consideravelmente. A estrutura da produção deve ser de molde a satisfazê-la. Contrastando com as da década de 60, as condições da oferta nos anos 70 sofreram grandes alterações no que concerne a matérias-primas, combustíveis, água, recursos naturais e ambiente. Se desejar crescer, consoante os padrões do passado, a economia ver-se-á, desde logo, a braços com pontos de estrangulamento. A futura estrutura da produção terá de adaptar-se às alterações, tanto da demanda, como da oferta. Que impactos, pois, terão as alterações da demanda final sobre as indústrias do país? No pressuposto de que as alterações serão as antevistas aqui, quando se discutiu a despesa nacional bruta, surgirá procura de produtos de três indústrias:

a) da indústria de construção civil e das que lhe fornecem matérias-primas. Isso porque ocorrerão grandes investimentos públicos e na área habitacional; b) da indústria de máquinas. Atribui-se o surgimento dessa procura ao aumento provável das exportações e dos investimentos em equipamentos poupadores de mão-de-obra; c) da indústria de serviços. Essas alterações da demanda final criarão procura de bens intermediários, o que determinará a estrutura geral da produção. Que dizer, agora, das condições da oferta? O padrão das indústrias japonesas, no passado, era do tipo que exigia grandes quantidades de matéria-prima, energia e água. A tabela 14 revela as quantidades adicionais de matérias-primas importadas, metais primários, energia e água necessárias para aumentar de 1% o PNB no período de 1955 a 1970. Mostra a tabela que deveriam crescer consideravelmente mais que a taxa de crescimento do PNB. Doravante, a tecnologia, como a estrutura industrial, deverão alterar-se de modo a permitir à economia consumir menores quantidades de recursos e energia. Advirta-se, porém, que os produtos são interdependentes e que existe um elo íntimo entre a produção e a demanda. Até que ponto urge advogar economia de matéria-prima ou alteração para uma estrutura industrial que requeira altos conhecimentos técnicos? Considerando a correlação tecnológica entre a produção, a demanda interna, as exportações e importações, conclui-se, no tocante à oferta, que deve cair a importância relativa de indústrias como a dos metais primários, papel e celulose, que consomem muita energia e poluem o ambiente e se utilizam, em demasia, de grandes quantidades de recursos naturais e água. As alterações da estrutura industrial concorrerão para que a taxa de crescimento do consumo de matérias-primas, metais primários, energia e água, necessárias para elevar o PNB, desacelere-se. No que concerne à demanda, urge reduzir a participação da agricultura, indústria madeireira, pesca,

indústria de alimentação e têxtil, aumentando o peso relativo das indústrias de máquinas, metais e construção.

Tabela 15

Produto interno bruto e número de empregados por setor

	PIB			Número de empregados		
	1955	1970	1985	1955	1970	1985
1. Agricultura, floresta- mento e pesca	1 807 (20,4)	4 689 (6,5)	27 869 (6,5)	1 536 (37,6)	886 (17,4)	330 (5,8)
2. Mineração	188 (2,1)	566 (0,8)	3 265 (0,3)	45 (1,1)	20 (0,4)	10 (0,2)
3. Produtos alimentícios	400 (4,5)	2 378 (3,3)	27 791 (3,2)	96 (2,3)	117 (2,3)	147 (2,6)
4. Têxtil	265 (3,0)	1 434 (2,0)	14 479 (1,5)	193 (4,7)	227 (4,5)	195 (3,4)
5. Papel e celulose	75 (0,8)	644 (0,9)	4 186 (0,4)	25 (0,6)	37 (0,7)	31 (0,5)
6. Química	255 (2,9)	2 395 (3,3)	19 635 (2,1)	42 (1,0)	63 (1,2)	62 (1,1)
7. Metais primários	233 (2,5)	2 473 (3,5)	18 023 (1,9)	35 (0,9)	79 (1,6)	75 (1,3)
8. Produtos metalúrgicos	80 (0,9)	1 632 (2,3)	25 568 (2,7)	41 (1,0)	133 (2,6)	156 (2,7)
9. Máquinas	126 (1,4)	2 799 (3,9)	45 815 (4,9)	40 (1,0)	118 (2,3)	154 (2,8)
10. Maquinaria elétrica	108 (1,2)	2 578 (3,6)	26 826 (2,9)	31 (0,8)	143 (2,8)	207 (3,6)
11. Equipamento de trans- porte	139 (1,6)	2 217 (3,1)	24 482 (2,6)	36 (0,9)	96 (1,9)	96 (1,7)
12. Outros	557 (7,4)	6 373 (8,9)	82 547 (8,8)	219 (5,4)	364 (7,2)	394 (6,9)
13. Construção	251 (4,0)	4 949 (6,9)	84 754 (9,0)	195 (4,8)	394 (7,7)	640 (11,2)
14. Eletricidade, gás e água	182 (2,1)	1 358 (1,9)	11 231 (1,2)	21 (0,5)	27 (0,5)	30 (0,5)
15. Comércio	1 396 (15,7)	11 558 (16,1)	139 921 (14,9)	695 (17,0)	1 007 (19,8)	1 140 (19,9)
16. Imóveis	322 (3,6)	4 233 (5,9)	52 921 (5,6)	4 (0,1)	27 (0,5)	44 (-0,8)
17. Transporte e comunica- ções	735 (8,3)	5 122 (7,1)	60 907 (6,6)	172 (4,2)	325 (6,4)	480 (8,4)
18. Banco e seguro	334 (3,8)	3 392 (4,7)	36 890 (3,9)	62 (1,5)	110 (2,2)	146 (2,5)
19. Serviços	893 (10,1)	6 645 (12,1)	179 981 (19,2)	472 (11,5)	751 (14,8)	1 195 (20,7)
20. Governo	327 (3,7)	2 221 (3,1)	28 161 (3,0)	131 (3,2)	161 (3,2)	200 (3,5)
Total	8 855 (100,0)	71 654 (100,0)	937 252 (100,0)	4 090 (100,0)	5 085 (100,0)	5 732 (100,0)
Setor primário	1 807 (20,4)	4 689 (6,5)	27 869 (3,0)	1 536 (37,6)	886 (17,4)	330 (5,8)
Setor secundário	2 867 (32,4)	30 437 (42,5)	379 371 (40,5)	997 (24,4)	1 791 (35,2)	2 167 (37,8)
Indústrias (manufaturas)	(2 328) (26,3)	(24 932) (34,8)	(291 352) (31,1)	(757) (18,5)	(1 377) (27,1)	(1 517) (26,5)
Setor terciário	4 179 (47,2)	36 529 (51,0)	530 012 (56,5)	1 557 (38,1)	2 408 (47,4)	3 235 (56,4)

A tabela 15 indica as alterações prováveis que deverão ocorrer na estrutura industrial do país para satisfazer aos requisitos da oferta e procura. O setor primário continuará a declinar, diminuindo-lhe a participação no PNB de 20% em 1955 para 7, em 1970 e 3, em 1985. A participação do setor secundário que, em 1955, era de 32%, subiu para 43 em 1970. Não obstante, em 1985 a participação desse setor cairá para 41%. A importância relativa do setor terciário aumentará. Nos períodos citados, a participação do setor subiu de 47 para 51%. Em 1985 atingirá 57%. A análise dos subsetores, que compõem o setor secundário revela o seguinte: as indústrias de máquinas, produtos metalúrgicos e construção civil terão peso crescente; as indústrias alimentícias, de papel e celulose, químicas e metais primários perderão importância.

Os problemas relativos à escassez de energia e água, assim como o da poluição, não podem ser resolvidos apenas pela alteração da estrutura industrial. O problema da escassez de energia exige que o ultramar aumente-lhe o fornecimento. Requer, ademais, que a energia nuclear se desenvolva. O da escassez de água demanda a recuperação das águas servidas e a utilização da água do mar. Para combater a poluição, é mister que se promovam ativamente investimentos antipoluição. No caso de a produção interna de manufaturados ou matérias-primas não poder ser incrementada, urgirá aumentar-lhes as importações ou reduzir as exportações. Embora a oferta de terra não caia em termos físicos, podem surgir pontos de estrangulamentos importantes, caso haja dificuldades em utilizá-la industrialmente, a menos que se tomem providências positivas para evitar a poluição e preservar o ambiente.

6. Alterações na distribuição da renda

Discute-se, no Japão, se a alta taxa de crescimento do pós-guerra contribuiu para tornar mais equitativa a distribuição da renda ou se, ao contrário, acarretou-lhe maior concentração. Há até quem diga que o crescimento tornou os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Como quer que seja, uma coisa é certa. No que diz respeito à renda auferida, houve progresso na distribuição. À medida que a oferta de trabalho se reduz, torna-se impossível pagar salários baixos. Conseqüentemente, as diferenças salariais entre as grandes, médias e pequenas empresas diminuem, havendo casos em que pequenas empresas pagam salários iniciais mais altos que as grandes. À medida que a escassez de mão-de-obra se torna mais crítica, a igualdade entre os diversos salários aumenta. Todavia, houve, no Japão do pós-guerra, problemas com quatro aspectos da questão. Serão abordados a seguir. O primeiro é a relação da distribuição entre renda do trabalho e a do capital. Relativamente aos países desenvolvidos do Ocidente, a participação na renda nacional do salário, no Japão, era baixa, e a do lucro alta. Tomando 1970, por exemplo, vê-se que os vencimentos dos assalariados eram da ordem de 55% da renda nacional, ao passo que o lucro das empresas, exclusive as sociedades anônimas, montavam a 20%. A participação relativa da mão-de-obra, em termos da relação entre seus vencimentos e a renda nacional, abatida a renda das empresas que não são sociedades anônimas, era, no mesmo ano, de 68%. O percentual é demasiadamente baixo, confrontado com o que ocorre nos países desenvolvidos. As opiniões acerca das causas desse estado de coisas divergem.

Houve, aparentemente, íntima correlação entre a alta percentagem da renda do capital e a alta relação existente entre os investimentos e as despesas nacionais. Doravante, a participação do salário na renda nacional aumentará gradualmente, porquanto a relação investimentos/despesas nacional bruta tende a declinar.

Tabela 16
Distribuição da renda nacional

Ano civil	Observado				Projeção		
	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Renda nacional	7 298 5	13 269 1	26 105 9	59 237 0	142 000	330 350	739 000
Remuneração do trabalho	3 613 4	6 639 2	14 714 4	32 385 8	83 070	194 450	443 500
Rendas de empresas exclus. S/A	2 709 4	3 486 3	6 056 0	11 558 2	21 950	47 780	96 070
Participação relat. do trabalho	78,7	67,9	73,3	67,9	69,2	58,8	69,0
Renda da S.A.	559 1	1 936 3	2 688 3	8 972 2	19 600	45 130	100 060
Remuneração do trabalho <i>per capita</i> 1 000 réis por ano	213 8	292 1	528 7	979 6	2 246 3	2 246 3	10 100 2
	Crescimento percentual por ano						
	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1980-85	
Renda nacional	12,7	14,5	17,8	19,1	18,4	17,5	
Remuneração do trabalho	12,9	17,3	17,1	20,7	18,5	17,9	
Rendas de empresas exclus. S/A	5,2	11,7	13,3	13,7	16,8	15,0	
Part. relativa do trabalho	-3,0	1,5	-1,5	0,4	-0,1	0,1	
Renda da S.A.	27,7	6,8	27,3	16,5	18,2	17,2	
	Remuneração do trabalho						
Nota: Participação relativa do trabalho:	Renda nacional menos renda das empresas (S.A. exclusive)						

O segundo é a desigualdade entre os proprietários da terra e os não-proprietários. O aumento do valor dos ativos (ganhos de capital) não aparece nas estatísticas da renda nacional. O preço dos terrenos no período de 1955 a 1970 subiu, em média, 19,2% ao ano, ritmo muito mais rápido que o dos aumentos, não apenas dos preços das mercadorias, senão também dos salários, em geral. O aumento dos preços dos terrenos no período 1955-73 multiplicaram-se por 20, particularmente o dos urbanos, cujos preços aceleram-se bastante nos últimos anos. Como os salários, no mesmo lapso, multiplicaram-se por 5,5 os proprietários de imóveis obtiveram, sob a forma de ganhos de capital, renda tão superior aos salários que não subrepujam os vencimentos acumulados pelo trabalhador em toda uma vida. Isso provocou sensível desigualdade na distribuição da renda. Para solucionar o problema, criaram-se, em 1973, impostos sobre a propriedade territorial e transferência de imóveis. Esses últimos montam a 20% sobre o lucro líquido obtido pelas empresas com a venda de imóveis, sendo acrescidos aos impostos comuns que incidem sobre as pessoas jurí-

licas. A finalidade era evitar lucros extraordinários obtidos pela venda da terra. Como se prevê que os preços dos terrenos continuarão a subir, a desigualdade entre os proprietários e não-proprietários continuará a acentuar-se.

O terceiro é a desigualdade entre os que vencem salários e os que vivem de pensões e aposentadorias. Essa desigualdade é consequência de um sistema previdenciário desatualizado. Institucionalmente, vigoram no Japão vários sistemas de previdência social. Os empregados de empresas privadas que contribuem para o seguro durante 20 anos, têm direito a pensão quando atingem 60 anos. Existe, também, um sistema estatal de anuidade para os autônomos. Além disso, os maiores de 70 anos nas faixas de renda mais baixas têm direito a pensão, quer tenham ou não contribuído para a previdência social. Essas, porém, são baixíssimas. Por exemplo, durante muito tempo essa pensão esteve aquém dos 5 mil ienes estabelecidos em 1973. Nessas circunstâncias, é natural que os indivíduos se preocupassem com as condições de vida, ainda que a economia crescesse em seu todo. Para que as circunstâncias melhorem, faz-se mister que o sistema de previdência social se aperfeiçoe. A percentagem da renda nacional, dedicada aos programas de previdência social, era, em 1966, de 6,6%. Tal percentual, comparado com os padrões internacionais, é horripelantemente baixo. Ele é na Grã-Bretanha de 15%, e na Alemanha Ocidental de 21,8. Acresce que as despesas com a assistência médica tem, no Japão, peso sensivelmente alto, e as pensões, importância diminuta. Para aumentar o percentual das transferências até 14% da renda nacional de 1985, aproximadamente o que vigora na Europa, e pagar pensões equivalentes a 60% do salário médio, a partir dos 60 anos, será necessário elevar as transferências para 26% ao ano, a partir de 1970.

O quarto é a desigualdade provocada pela inflação: embora os preços ao consumidor tenham subido de 5,8% ao ano, no período de 1960-70, os preços do atacado permaneceram quase aceitáveis, com uma alta de 1% ao ano. Recentemente, porém, também, os preços do atacado elevaram-se. Reagindo à alta, os preços ao consumidor deverão subir aceleradamente. A inflação provoca desigualdades entre as empresas mutuárias dos bancos e os depositantes. Para controlar a inflação, cumpre ajustar a demanda global, controlar os meios de pagamentos, eliminar as práticas monopolísticas e racionalizar os sistemas de distribuição. Talvez seja também necessário indexar os aumentos salariais ótimos, de maneira a evitar que subam em desproporção com a produtividade do trabalho. No entanto, ainda assim continuaria difícil controlar a inflação, sendo provável que

os preços ao consumidor continuem a subir de cerca de 8% ao ano e os do atacado de 4 ou 5%. Para eliminar a desigualdade que onera os depositantes, a taxa de juros dos depósitos deveria obedecer a uma escala móvel de acordo com o aumento dos preços ao consumidor.

7. A economia japonesa no contexto mundial

As exportações japonesas totalizaram US\$ 28,6 bilhões em 1972. Alcançaram, pois, 7% do valor das transações internacionais orçadas em 412,4 bilhões. A taxa média anual do crescimento das exportações foi de 17% no período 1955-72. Quase o dobro do aumento de 9% verificado no comércio internacional. A rápida expansão deveu-se ao tremendo crescimento das exportações de produtos químicos e material pesado. Entre outras, as exportações de máquinas registraram expansão fenomenal. Sua participação no total das exportações passou de 14% em 1955 para 54, ou seja, mais da metade, em 1972. Advirta-se, porém, que, à medida que a participação do país no volume total das exportações mundiais aumenta, o crescimento das exportações japonesas torna-se cada vez mais difícil. Todavia, como a taxa de crescimento do comércio internacional também cresce, a tendência ascendente das exportações japonesas manter-se-á quase no mesmo ritmo que o do passado. Alcançarão, em 1985, US\$ 220 bilhões ou 13,2% do comércio internacional que totalizará US\$ 1 600 bilhões em 1965.

Tabela 17
Exportação por classes de mercadoria

Ano civil	1955	1970	1973	1985	1955-70	1970-85
Valor das exportações	2 011	19 318	36 915	215 450	16,3	17,4
Classe de mercadorias	Percentuais				Crescimento médio (%)	
Produtos alimentícios	6,6	3,4	2,3	1,3	11,2	10,2
Matéria-prima	1,9	1,0	1,0	0,4	11,5	10,3
Combustível						
Manufaturados	91,5	95,6	96,7	98,3	16,6	17,7
Máquina	14,0	46,3	55,1	64,5	25,9	20,1
Produtos químicos	4,7	6,4	5,8	9,2	18,7	20,3
Outros	72,8	42,9	35,8	24,6	12,2	13,0
Grau de dependência das exportações	8,5	9,8	9,4	7,1		

Unidade: milhões de dólares FCB — %.

Tabela 18

Exportação por regiões

Ano civil	1955	1970	1973	1985	1955-70	1970-85
Valor das exportações	2 011	19 318	36 915	215 450	16,3	17,4
	Percentuais				Crescimento anual (%)	
América do Norte	24,9	34,1	28,3	24,7	18,7	15,0
EUA	22,6	31,2	25,6	21,6	18,8	14,6
Europa Ocidental	9,7	15,1	17,7	19,1	19,8	19,3
Comunidade Européia	7,3	10,6	11,9	16,2	19,3	20,8
Oceania	3,1	3,6	3,9	3,8	17,4	17,8
Sudeste da Ásia	35,8	25,4	24,2	21,2	13,6	16,0
Oriente Próximo e Médio	5,4	3,3	4,8	8,3	12,5	24,9
África	8,5	5,2	6,1	4,7	12,6	16,6
América Latina	9,0	6,1	7,5	8,0	13,4	19,5
Países comunistas	1,9	5,4	5,3	8,8	24,5	21,3

Unidade: FOB milhões de dólares, %.

Tabela 19

Importação por mercadoria

Ano civil	1955	1970	1973	1985	1955-70	1970-85
Valor das importações	2 471	18 881	38 303	206 375	14,5	17,3
	Percentuais				Crescimento anual (%)	
Produtos alimentícios	25,3	13,6	15,7	10,3	9,9	15,1
Matéria-prima	51,1	35,4	32,0	20,2	11,8	13,0
Combustíveis	11,7	20,7	21,7	31,9	19,0	20,7
Manufaturados	11,8	30,4	30,6	37,7	21,9	19,0
Máquina	5,3	12,2	9,1	12,2	21,0	17,3
Produtos químicos	4,5	5,3	4,9	10,6	15,7	22,8
Miscelâneas	2,0	12,9	16,6	14,9	29,5	18,4
Grau de dependência de importações	10,3	9,6	9,2	6,8	—	—

Unidade: milhões de dólares CIF e %.

Nota: Grau de dependência das importações; valor das importações, abatida e teve sua dependência — PNB.

Fonte: Breve relatório sobre o comércio internacional do Japão; Estatísticas mensais do comércio exterior (relatório preliminar) — Ministério da Fazenda.

Quanto às exportações por regiões, as que se destinam à Europa, Oriente Próximo e Médio, América Latina e países comunistas crescerão de importância relativa, acentuando-se a tendência para a diversificação

de áreas. A participação do Japão no total do comércio internacional por áreas ultrapassará de 50% a do Sudeste da Ásia e 30% ao da Oceânia, Oriente Médio e América Latina.

A medida que a economia se expande, crescem as importações. Aumentarão de US\$ 31,7 bilhões (FOB) em 1973 para 167 em 1985. A previsão por classes é a seguinte: as matérias-primas serão responsáveis apenas por 20% do total em 1980, em vez dos 32% de 1973, refletindo a queda provável do ritmo de crescimento das indústrias de ferro, química, papel e celulose, consumidoras de grande quantidade de matérias-primas, decorrente das limitações de recursos naturais, poluição do ambiente e dificuldades de localização. Espera-se um crescimento relativo importante das importações de combustíveis minerais, cuja participação no total das importações crescerá de 22% em 1973 para 32 em 1985. Atribui-se a alta ao aumento do preço do petróleo, cujas importações, espera-se, atingirão, em 1985, US\$ 65 bilhões. As importações de produtos químicos, máquinas e outros manufaturados acusarão aumento sensível em percentuais do total das importações, passando dos 31% de 1973 para 38 em 1985. No que se refere aos países de origem, crescerá a importância da Europa Ocidental Oriente Médio e Próximo, América Latina e países comunistas, acentuando-se a tendência à diversificação. Advirta-se, porém, que, para isso, cumpre que a dependência do Japão, relativamente ao Oriente Médio e Próximo, cresça substancialmente.

Tabela 20
Importação por regiões

Ano civil	1955	1970	1973	1985	1955-70	1970-85
Valor das importações	2 471	18 881	38 303	206 375	14,5	17,3
	Percentuais				Crescimento anual (%)	
América do Norte	35,7	34,4	29,5	22,9	14,2	14,2
EUA	31,2	29,4	24,2	18,1	14,1	13,5
Europa Ocidental	7,1	10,4	10,6	14,3	17,5	19,8
Comunidade Européia	5,5	8,2	8,3	12,3	17,7	20,5
Oceânia	7,5	8,8	10,2	5,9	15,8	14,2
Sudeste da Ásia	22,5	16,0	20,8	15,5	11,9	17,1
Oriente Próximo e Médio	14,0	12,4	12,9	19,5	13,6	20,9
África	2,6	5,3	4,2	5,1	20,2	16,9
América Latina	6,4	7,3	5,1	6,5	15,5	16,4
Países comunistas	3,6	4,7	6,0	9,8	16,6	23,2

Unidade: CIF milhões de dólares. %.

Os investimentos diretos no exterior distribuir-se-ão pelos três setores, indústria, financeiro e serviços, equitativamente. Os investimentos no exterior ultrapassarão US\$ 90 bilhões em 1985, contrastando com os 6,8 de 1972. Embora o capital estrangeiro deva afluir ao Japão em doses crescentes à medida que o país se torne mais liberal em relação a ele, o balanço de capital a longo prazo continuará deficitário.

A necessidade da ajuda aos países em desenvolvimento será maior do que nunca. A assistência prestada pelo Japão será de US\$ 33,3 bilhões, 1,1% do PNB, a maior de todas as ajudas oriundas dos países da OECD, em 1985. A ajuda governamental será de 0,7% do PNB, nesse ano. Conseqüentemente, espera-se que o balanço de pagamentos do Japão venha a ter a seguinte estrutura: grande superavit na balança comercial, deficit nas transações invisíveis, transferências e movimento de capital a longo prazo e equilíbrio no balanço geral.

Tabela 21
Balanço de pagamentos

Ano civil	1955	1970	1973	1985
Balança comercial	Δ53	3 963	3 737	45 374
Exportações	2 008	18 969	36 192	212 276
Importações	2 061	15 006	32 455	166 902
Invisíveis	258	Δ1 785	Δ3 472	Δ21 641
Recebimentos	712	4 009	8 480	37 219
Pagamentos	454	5 795	11 952	58 860
Transferências	25	Δ 208	Δ 317	Δ14 334
Recebimentos	47	98	144	710
Pagamentos	21	306	461	15 044
Conta corrente	227	1 970	Δ 52	9 399
Recebimentos	2 767	23 076	44 816	250 205
Pagamentos	2 536	21 106	44 868	240 806
Movimento de capital a longo prazo	Δ24	Δ1 591	Δ9 718	Δ 9 772
Passivo	7	440	1 280	22 134
Ativo	Δ32	Δ2 031	Δ8 438	Δ31 906
Balanço básico	202	379	Δ9 770	Δ 373

Unidade: milhões de dólares.

Fonte: Balanço de pagamentos mensais — Banco do Japão.

O produto nacional bruto mundial em 1970 era de US\$ 3 100 bilhões. A continuar o crescimento à taxa de 5,2% real e 11% nominal, em 1985 ele alcançará a cifra de US\$ 15 008,4 bilhões, em termos nominais. Não obstante esperar-se que a taxa de câmbio flutue livremente, refletindo o estado da economia nacional, se a taxa for de um dólar por 300 ienes, o PNB do Japão será de 19% do mundial de 1985. Destarte

o Japão surge como potência econômica com um PNB quase igual ao dos Estados Unidos da América do Norte, Europa Ocidental, responsáveis cada qual por 23% do PNB mundial e países da área comunista, cuja participação é de 21%. Simultaneamente, a renda *per capita* do Japão será de US\$ 25 mil, bem superior aos US\$ 14 mil dos Estados Unidos da América do Norte.

Tabela 22
Economia mundial

Ano civil	1955	1970	1985	1955-70	1970-85
Produção mundial bruta (bilhões de dólares)	962	3 137	15 810	8,2	11,4
Japão	24	195	3 023	15,0	20,1
EUA	402	970	3 580	6,1	9,1
URSS	79	398	1 852	11,4	10,8
Alemanha	44	187	872	10,2	10,8
Reino Unido	53	119	371	5,5	7,9
Sudeste da Ásia	43	140	505	8,2	8,9
China	35	92	434	6,7	10,9
Produto <i>per capita</i> (milhões de dólares)	357	866	3 205	6,1	9,1
Japão	268	1 882	24 643	13,9	18,7
EUA	2 421	4 706	14 156	4,5	7,6
Suécia	1 289	4 090	17 003	8,0	10,0
Alemanha	873	3 188	14 002	9,0	10,4
Reino Unido	1 042	2 117	6 005	4,8	7,2
URSS	408	1 639	6 454	9,7	9,6
Países desenvolvidos	1 171	2 944	13 078	6,3	10,5
Países em desenvolvimento	85	218	664	6,5	7,7

Tabela 23
A economia mundial e as exportações japonesas

Ano civil	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Produção mundial bruta	962	1 422	2 069	3 137	5 301	9 176	15 810
		(6,4)	(7,8)	(10,9)	(12,9)	(10,8)	(11,3)
Importações mundiais FOB	94	128	186	313	575	960	1 637
Exportações japonesas	2,0	4,1	8,5	19,3	54,8	111,6	215,5
		(15,1)	(15,8)	(18,0)	(23,2)	(15,3)	(14,1)
Grau de dependência japonesa das exportações %	8,5	9,2	9,7	9,8	9,0	8,1	7,1
Elasticidade das exportações	—	2,36	2,03	1,65	1,80	1,42	1,25
Taxa de crescimento das exportações japonesas							
Taxa de cresc. import. mundiais							
Relação export. japonesas/Exportações mundiais — %	2,1	3,2	4,5	6,2	9,5	11,6	13,2

Unidade: milhões de dólares.

Nota: Os algarismos entre parênteses são taxas médias de crescimento em cinco anos.